

## Uma Análise de Relativas Livres no Português: Considerações Sobre Caso e Concordância<sup>1 2</sup>

Paulo Medeiros Junior<sup>3</sup> – (IEL-Unicamp/CNPq)

**Resumo:** O fenômeno das Relativas Livres é abordado nesse artigo de forma específica no que concerne a questões envolvendo Caso e concordância. A idéia básica é a de sugerir que, contrariamente ao que asseguram algumas das pesquisas sobre o tema, mesmo línguas sem marcação de caso na morfologia – como é o caso do português – podem apresentar algum tipo de implicação para o que os estudos chamam de Case Matching ou Efeito de Combinação de Caso envolvendo o Caso abstrato e de propor uma distinção entre Relativas Livres e Interrogativas indiretas em função de propriedades inerentes ao CP de cada um desses tipos de estrutura. Além disso, considerações sobre concordância em C e derivações com e sem pied-piping do sintagma preposicional trazem algumas tentativas de solução, e também revelam algumas questões que ainda remanescem.

**Palavras-chave:** Relativa livre, Interrogativa indireta, CP, Caso, Concordância

### 1. Introdução

Orações relativas livres se confundem com completivas interrogativas indiretas devido ao fato de não apresentarem um antecedente expresso na sentença. Em estudos anteriores, foi proposta correlação entre as propriedades semânticas do verbo da matriz e a distinção entre relativas e completivas interrogativas indiretas (cf. Riemsdijk 2000, Vogel 2002 e De Vries 2002). Os dados do português, entretanto, evidenciam que, não apenas a subcategorização semântica, mas propriedades inerentes ao CP da oração relativa parecem interagir com a semântica do predicador da matriz, o que, nesse trabalho se formula em termos da presença de um traço que, por ora, denomina-se traço- $\lambda$ . Além de demonstrar que o CP de relativas se distingue do CP de interrogativas em termos de traços, discute-se nesse artigo que o efeito de combinação de Caso – *Case Matching* – proposto em alguns estudos para explicar as restrições de distribuição dessas construções, não se manifesta apenas em línguas com marcação de caso na morfologia: em português, que não tem marcação de caso morfológico no nome, as restrições de combinação de Caso são também observadas. O artigo traz, ainda, discussão sobre a suposição – apresentada em Vogel (2003) – de ser o CP de relativas marcado com traços de concordância, o que justificaria o deslocamento de sintagma-Qu nessas construções

<sup>1</sup> Este trabalho foi originalmente apresentado no IV Congresso Internacional da ABRALIN, UnB – 2005.

<sup>2</sup> Meus sinceros agradecimentos aos caríssimos Mark de Vries, Valentina Bianchi e Alex Grosu pelo material enviado e a Andrew Nevins, Cilene Rodrigues e Marcus Lunguinho pelas discussões preciosas. Sou grato a Mary Aizawa Kato pelo companheirismo e orientação segura. Também quero agradecer ao apoio financeiro do CNPq, que viabiliza este trabalho. Assumo aqui toda a responsabilidade pelo que é discutido.

<sup>3</sup> [Medeirosjunior33@gmail.com](mailto:Medeirosjunior33@gmail.com) / [medeirosjunior@unb.br](mailto:medeirosjunior@unb.br)

sintáticas. Uma análise dos dados do espanhol demonstrará que não só o CP de relativas como também o de interrogativas é marcado com traços de concordância, o que acaba por inviabilizar uma distinção entre os dois tipos de estrutura por meio da consideração desse traço específico.

O texto se apresenta estruturado da maneira como se propõe a seguir: a seção 2 apresenta o fenômeno das relativas livres e levanta alguns dados do português do Brasil que deverão ser postos em foco no decorrer da argumentação; a seção 3 trata do *Case Matching* e de como o fenômeno se revela em Português; na parte 4 encontra-se uma análise do fenômeno da concordância numa abordagem translingüística com o espanhol. A seção 5, apresenta uma breve consideração sobre a semântica de RLs e PIs, a parte 6 traz uma proposta de diferenciação por meio de traços e, na parte 7, encontram-se as considerações finais.

## 2. Relativas Livres: o que são, como se comportam.

Uma oração relativa é uma sentença que modifica um constituinte sintagmático, em geral um sintagma nominal. Relativas livres, segundo o que se entende, são frases relativas para as quais não se encontra um antecedente expresso no contexto sintático.

Duarte e Brito (2003) in Mateus et al (2003) definem relativas livres como frases complexas – caracterizadas por uma estrutura de subordinação – que atuam na verdade como um constituinte da oração superior e assumem uma função sintática própria. O que se propõe, em outras palavras, é que relativas livres (de agora em diante RLs em algumas situações), por sua funcionalidade sintática, podem ter a mesma distribuição de um DP<sup>4</sup>. A complexidade à qual se referem Duarte & Brito talvez se revele em problemas como o de saber se RLs têm ou não, na sentença, um termo que lhes sirva como antecedente ou mesmo o de se saber se relativas livres se constroem ou não da forma como se estruturam interrogativas indiretas. Todavia, antes que se aprofundem as discussões, considerem-se os dados do português do Brasil postos a seguir, que contêm orações relativas livres:

- (1) (a) Maria conhece [quem você indicou para o cargo].
- (b) João só convidou [quem você ama].
- (c) João investigou<sup>5</sup> [quem você viu na festa].

As sentenças subordinadas em (1) a, b e c são as que se conhece como relativas livres; há um conectivo relativo, que aparentemente as encabeça, mas não há, a priori, um termo ao qual esse elemento tenha sua referência coindexada anaforicamente. A confusão com estruturas interrogativas completivas comuns é imediata. Vejam-se os dados em (2) a seguir:

---

<sup>4</sup> Para uma análise aprofundada de Relativas Livres como DPs, cf. Grosu e Landman (1998).

<sup>5</sup> É importante considerar que, em muitas situações de uso, *investigar* e *perguntar* são verbos que podem se confundir devido à proximidade de seus conteúdos semânticos. Aqui, deve-se entender *investigar* como *fazer levantamento sobre* e não *querer saber*. Uma interpretação como a segunda viabiliza a construção de uma interrogativa indireta na subordinada.

- (2) (a) Maria perguntou [quem você viu na festa].  
(b) João quer saber [quem pegou o dinheiro].  
(c) Maria indagou [quem tinha estado lá].

O que se tem na posição encaixada das estruturas em (2) a, b e c são interrogativas indiretas, completivas comuns com o núcleo C<sup>0</sup> vazio. Uma distinção entre os dois tipos de subordinadas em (1) e (2) não parece ser nada simples; à primeira vista trata-se de estruturas exatamente equivalentes<sup>6</sup>. Uma das tarefas deste artigo é a de propor, com base nos dados do português, uma distinção efetiva entre RLs e Interrogativas Indiretas (PI, de agora em diante em algumas situações. Usa-se P para pergunta) e de buscar definir a estrutura de uma RL. Discussões sobre caminhos para uma distinção serão iniciadas já na seção a seguir e propostas para o português serão apresentadas na seção 5.

### 3. Efeito de combinação: uma análise em favor do *Case Matching*.

Bresnan & Grimshaw (1978) discutem estratégias para uma distinção entre RLs e PIs, construções que costumavam receber o mesmo tratamento transformacional nas análises lingüísticas<sup>7</sup>. Sua proposta, que ficou conhecida como a Hipótese de Base, é a de que orações relativas livres não se estruturaram por meio de movimento-Qu. Para essas lingüistas, em RLs, palavras-Qu seriam geradas na base como antecedentes de sua sentença. Assim, RLs, estão sujeitas a um chamado efeito de combinação categorial em que a categoria da palavra Qu, no início da sentença, deve ser a mesma de toda a RL. Nos termos dessa proposta, só é gramatical a sentença em que a categoria do sintagma-Qu é exatamente idêntica à do sintagma que domina toda a oração. Eis alguns exemplos das próprias autoras:

- (3) (a) I'll buy [<sub>NP</sub> [<sub>NP</sub> whatever] you want to sell.]  
(b) John will be [<sub>AP</sub> [<sub>AP</sub> however] tall his father was.]

(Bresnan & Grimshaw

1978:336)

<sup>6</sup> Trabalhos como o de Riemsdijk (2000) propõem uma distinção por meio da análise das propriedades semânticas dos predicadores da oração matriz. Mas há verbos em português – e mesmo em inglês – que se mostram ambíguos quanto ao tipo de complemento que subcategorizam. A análise de verbos como *saber*, por exemplo, mostra-se pouco conclusiva sobre o que se pode ou não esperar como complemento do predicador como o mostram os exemplos a seguir:

- (i) Maria sabe o caminho para casa.  
(ii) Maria sabe que ele virá.  
(iii) Maria sabe quem que você indicou.

Como se vê, em (1) o complemento de saber é um NP; em (2), uma sentença declarativa e em (3), uma interrogativa, o que configura certa ambigüidade seletional desse verbo especificamente. Para uma discussão mais aprofundada (cf. Medeiros Junior 2004).

<sup>7</sup> A construção de ambas as estruturas se daria por movimento do sintagma Qu para C cf. Chomsky (1977), Cheng (1991).

Segundo essa visão, o fato de serem as palavras-Qu em RLs geradas na base justificaria uma compreensão do fenômeno como estando sujeito ao efeito de combinação categorial. Uma proposta com movimento, apropriada para interrogativas, pareceria problemática para RLs, na medida em que não se poderia prever uma combinação exata entre a categoria que domina a oração e a da palavra ou sintagma-Qu que se deslocasse para o nóculo C. Essa idéia passa, então, a ser crucial na distinção entre relativas e interrogativas.

Gross & Riemsdijk (1981) trazem nova luz à discussão sobre o tema. Sua proposta, denominada Hipótese do Comp, que apresentava duas estruturas possíveis para as RLs – uma com o sintagma Qu em Comp, com o antecedente vazio, e outra que localizava a palavras Wh no núcleo do sintagma antecedente do C – prevê que, diversamente do que afirmavam Bresnan & Grimshaw, o efeito de combinação é possível mesmo em línguas em que se considera o núcleo de Comp como sendo a posição em que se encontra o sintagma-Qu. Assim, seria o sintagma-Wh, e não a categoria nominal vazia que antecede a relativa, o elemento relevante para a satisfação ou não das exigências da matriz.

Na visão desses lingüistas, pode haver línguas com e sem efeito de combinação. Em línguas com efeito de combinação, o sintagma-Qu encontra-se no núcleo C<sup>0</sup>, o qual passa a ser sintaticamente acessível para a satisfação de exigências da matriz, tais como subcategorização e marcação de Caso. Essa análise se constitui num avanço em termos da compreensão do fenômeno e expande as relações de combinação para o que de fato parece estar acontecendo em RLs, que é a questão do Caso.

Numa análise dos dados do Inglês, Larson (1987) demonstra que a argumentação de Bresnan e Grimshaw em favor de uma combinação categorial parece enfraquecida na medida em que uma gama de outras categorias sintagmáticas poderia ocorrer onde, por exemplo, se esperaria a ocorrência de um PP (sintagma preposicional) ou de um AdvP (sintagma adverbial):

- (4) (a) John will leave [<sub>PP</sub> on Thursday].  
(b) John will leave [<sub>NP</sub> the day that Max arrives].  
(c) I worded my letter [<sub>AdvP</sub> carefully].  
(d) I worded my letter [<sub>NP</sub> the way that you told me to].

Um trabalho de Sauerland (1996), em consonância com o que sugerem Gross & Riemsdijk, propõe que pronome relativo e elemento nominal que encabeça orações relativas precisam ser compatíveis com relação ao Caso que recebem. Sauerland se refere a essa relação como um tipo de *Matching Preference*: “...one factor that can be isolated in this factor is a Case matching preference, which prefers for the Case of a relative pronoun and its associated head noun to match in Case.” (Sauerland 1996: 01)

Muitos trabalhos posteriores sobre o tema (Vogel 2001, 2002 e 2003, Kubota 2003) passam a considerar de maneira enfática o fato do efeito de combinação ter implicações muito mais complexas do que a simples compatibilização entre categorias sintagmáticas.

A seguir discutem-se algumas das idéias nesses trabalhos.

### 3.1 As questões de C(c)aso.

Uma das primeiras afirmações de Vogel em seu artigo de 2001, *Towards an Optimal Typology of the Free Relative Construction*, é a seguinte: “I assume that Free Relatives have the structure of other ordinary subordinate clauses and the label FR is to be replaced by CP in cases like [CP I drank [FR whatever there was]]”. (Vogel 2001: 01)

O que se vê é voltar à baila uma das questões cruciais na discussão sobre o que distingue RLs de PIs. Se RLs são de fato CPs comuns em posição de subcategorização, então não há como diferenciá-las, pelo menos não estruturalmente, das PIs – essas últimas tradicionalmente entendidas como *bare CPs* (CP comuns).

Quando discute os dados levantados no trabalho de Bresnan e Grimshaw (1978), em especial o que se encontra repetido logo abaixo, o autor conclui que não precisa haver de fato uma combinação literal entre as exigências do verbo da matriz e as do verbo da subordinada. Note-se que o verbo na oração mais alta requer um objeto direto enquanto que o pronome da RL está na posição de sujeito do verbo dessa oração.

(5) [CP I drank [FR whatever there was]]

Para Vogel, o problema é resolvido porque o elemento-Qu tem a mesma forma para o nominativo e o acusativo. Assim, a morfologia seria crucial para o tratamento das questões de atribuição e combinação de caso nessas estruturas. A conclusão que se seguirá será a de que apenas em línguas com marcação de caso na morfologia RLs estariam sujeitas ao *Case matching*, já que em línguas como o inglês, por exemplo, um sincretismo de caso na forma do pronome seria suficiente para resolver quaisquer conflitos que eventualmente ocorressem entre o Caso da matriz e o da subordinada<sup>8</sup>.

Vogel propõe que as estruturas em (5) e (6) se aproximam porque em ambas o elemento em Spec,CP passa a ser acessado pela oração matriz para a satisfação de suas exigências. Em PIs, o verbo da matriz acessa o elemento em Spec, CP para resolver problemas de subcategorização, em RLs uma exigência de Caso precisa ser preenchida.

(6) [CP Mary asked [CP what Peter Said]]

Essa análise parece apresentar alguns problemas. Em primeiro lugar, a argumentação do autor mostra-se um tanto inconsistente na medida em que há o reconhecimento de que, mesmo considerando tratarem-se ambas as estruturas – RLs e PIs – de CPs comuns, há características que marcam o mecanismo de acessibilidade do termo no especificador em relativas e que não se repetem em interrogativas: as questões referentes ao Caso. Se é necessário que haja uma combinação entre o Caso atribuído a Qu

<sup>8</sup> A idéia de que um efeito de combinação de caso se restringe absolutamente à marcação de caso na morfologia e o problema com essa proposta serão discutidos em maior profundidade em subseção posterior. O que se tentará mostrar é que as evidências nos dados apontam implicações também quanto ao Caso abstrato.

na matriz e o Caso que esse elemento recebe na sentença subordinada em se tratando de relativas e essa mesma característica não se mostra essencial quanto a interrogativas, isso já configura razão suficiente para se desconfiar da equivalência estrutural das construções<sup>9</sup>.

Mais adiante, Vogel passa a identificar as estratégias que as línguas com um sistema morfológico rico em termos de marcação de caso adotam para resolver os conflitos que ocorrem envolvendo RLs. Suas conclusões são as de que algumas línguas realizam no elemento-Qu o caso atribuído na matriz e deixam o da subordinada sem ser realizado – como acontece em islandês e no grego moderno. Em línguas como o alemão, o caso da relativa precisa ser realizado e o da matriz apagado para que se resolva o conflito. Alguns dialetos do alemão simplesmente apagam o caso da matriz; em outros, ocorre uma espécie de hierarquia de caso segundo a seguinte ordem: nominativo < acusativo < dativo, genitivo, PP. Assim, já que o pronome da RL tem de receber o caso da subordinada em alemão, RLs não podem ocorrer nesse dialeto se o caso atribuído na matriz for mais alto que o caso atribuído na relativa. Considere-se o dado abaixo, exemplo do próprio autor:

(7) a). caso na matriz = ACC – caso na relativa = NOM

\* Er zerstörte, wer ihm begegnete

He destroyed who – NOM him – DAT met

‘He destroyed who met him’

b). caso na matriz = DAT – caso na relativa = ACC

Ihm begegnete, wen er zerstören wollte

Him – DAT met who – ACC he destroy wanted

‘He met who he wanted to destroy’<sup>10</sup>

Algumas línguas optariam por uma estratégia de correlativização – como se dá em coreano; o pronome da RL permanece *in situ* e um pronome resumptivo dentro da matriz é obrigatório:

(8) Maria-ka nuku-eke ka-tunchi na-to ku-eke ka-n-ta

Maria – NOM who – DAT go-ever I-also he – DAT go-Pre-Dec

‘To whoever Maria goes, I will go to him too’

A base da argumentação de Vogel é a de que todas essas constatações concernem especificamente a línguas que marcam caso na morfologia. Algumas das conclusões a que se chega nesse artigo são reforçadas em Vogel (2003) e Kubota (2003), onde também se

<sup>9</sup> Saliente-se que, em artigo de 2003, Vogel propõe que RLs em alemão se comportam na verdade como NPs e não como CPs puros.

<sup>10</sup> Exemplos do próprio autor.

encontra argumentação mais aprofundada sobre a questão da hierarquia de caso observada em algumas línguas<sup>11</sup>.

### 3.2 *Case Matching*: implicações para o Caso abstrato.

Considerem-se os seguintes dados do português do Brasil:

- (9) (a) \*Maria só implica com de quem gosta.  
(b) Maria só implica com quem ela gosta.
- (10) (a) \*Maria conhece com quem você saiu.  
(b) Maria conhece quem você saiu com ele.

Os dados acima demonstram claramente que algumas das estratégias – apontadas por Vogel – de que se utilizam as línguas para resolver conflitos de caso em RLs parecem estar sendo desenvolvidas no português, o que se constitui numa evidência de que há implicações concernentes a Caso, em se tratando do fenômeno das RLs. Em (9) (a), por exemplo, as preposições *com* e *de* concorrem em termos Casuais. Note-se que em (9) (b) o conflito é rapidamente resolvido pelo apagamento da preposição *de*, que é o marcador de Caso da oração subordinada. O que parece estar acontecendo é que, em português, a palavra-Qu em RLs tem de realizar o Caso da matriz.

Em (10) (a), o *pied piping* de todo o sintagma-Qu é bloqueado. A razão porque isso ocorre parece estar clara: se todo o PP sobe para o Spec,CP, a preposição impede que o verbo da matriz descarregue seus traços de Caso. Novamente ocorre um conflito, considerando-se que há dois elementos que precisam descarregar seus traços de Caso e cada um deles precisa atribuir um tipo de Caso diferente ao mesmo elemento-Qu.

O mais viável é concluir, pela análise dos dados, que há em português algum tipo de restrição de Caso envolvendo relativas livres, efeito que bloqueia estruturas como as que aparecem em (a) e viabiliza construções como as que se mostram em (b).

## 4. Considerações Morfossintáticas

Rocha (1990) entende que sintagmas-Qu em RLs resultam de uma espécie de amálgama morfológico entre um elemento relativizador e um elemento de natureza nominal. A seguir, apresentam-se alguns dos dados aventados pela própria autora:

- (11) (a) [A pessoa que] cala consente.  
(b) [A CV que] cala consente.  
(c) [Quem] cala consente. (Rocha 1990: 79)

---

<sup>11</sup> Também a respeito do efeito de combinação de caso e sua restrição a línguas com morfologia de caso rica, cf. Kubota (2003).

Toda a argumentação de Rocha se constrói no sentido de dar suporte à noção de combinação categorial, que prevê que a categoria vazia na posição de antecedente da relativa satisfaz as propriedades seletivas do predador da matriz. Todavia, a idéia de um amálgama morfológico envolvendo uma categoria D e um elemento relativizador se mostra crucial para a explicação de algumas das propriedades e do comportamento sintático de RLs.

Sejam os dados a seguir:

- (12) (a) \*O João conhece a moça quem cometeu o crime.  
(b) O João conhece quem cometeu o crime.

O que se observa é que a posição do DP anterior ao PR parece bloqueada para a inserção de qualquer elemento nominal.

Os dados em 13 evidenciam que a posição de núcleo do nóculo C também se encontra bloqueada para a inserção de qualquer elemento, a julgar pela agramaticalidade de 13 (b).

- (13) (a) A Maria implicou com quem você indicou.  
(b) \*A Maria implicou com quem que você indicou.

Evidência a partir dos dados: todo o núcleo C<sup>0</sup> e o DP, complemento do verbo na oração matriz, encontram-se fundidos.

- (14) [Maria conhece [<sub>DP</sub> ∅ [<sub>CP</sub> quem ∅ [<sub>IP</sub> você indicou]]]].

É fato inequívoco que em construções interrogativas indiretas também se observa uma restrição semelhante à que se acha em 12 (a), como o evidenciam os dados em 15, o que poderia aproximar estruturalmente as duas construções:

- (15) (a) \*João perguntou a pessoa quem pegou o dinheiro.  
(b) \*Maria quer saber o rapaz com quem você falava.

Entretanto, ao contrário do que ocorre em RLs, o núcleo do complementador não se encontra bloqueado em interrogativas e costuma ser preenchido pela partícula *que*, em português do Brasil, como já evidenciaram Lobato (1986) e Miotto (1994).

- (16) (a) João perguntou quem *que* pegou o dinheiro.  
(b) Maria quer saber com quem *que* você falava.

A conclusão é a de que em PIs o sintagma-Qu é mesmo um termo interrogativo puro em posição de especificador do CP, enquanto em RLs, esse elemento representa a fusão morfológica de um termo de natureza nominal e um termo relativizador e essa fusão

traz implicações estruturais que passam a ser cruciais na compreensão de um e de outro tipo de estrutura<sup>12</sup>.

- (17) (a) I'll buy what he is selling.  
(b) I'll buy whatever he is selling.
- (18) (a) I'll inquire what he is selling.  
(b) \*I'll inquire whatever he is selling<sup>13</sup>.

O fato é que uma visão adaptada dessa análise pode ser aplicada ao português e vir a ser usada como um teste viável para a distinção das estruturas. Note-se pelos dados postos em 19 logo abaixo que, quando se trata de relativas, é possível acrescentar “quer que” logo após o termo-Qu, enquanto que em interrogativas o mesmo procedimento é bloqueado.

- (19) (a) Pedro convence quem ele conhece a trabalhar com ele.  
(b) Pedro convence quem quer que ele conheça a trabalhar com ele.
- (20) (a) Pedro perguntou quem procurava por ele.  
(b) \*Pedro perguntou quem quer que procurava por ele.

Em português, a propriedade morfológica de palavras-Qu – identificada na língua inglesa – se manifesta num comportamento semântico específico. É importante considerar que, tanto em inglês quanto em português, uma questão semântica importante parece estar por trás do que se vê nos dados: palavras-Qu em RLs apresentam uma leitura de quantificação universal enquanto que em PIs, palavras-Qu precisam ter interpretação existencial. Assim, os dados em 19 (a) e 20 (a) poderiam ser interpretados semanticamente da maneira como se vê em 21 e 22, respectivamente.

(21) [ $\forall x$  / convence (P, x)]      P = Pedro.

(22) [ $\exists x$  / perguntou (P, x)]

Grosu e Landman (1998) propõem que a interpretação semântica de RLs envolve um processo de maximização: em termos de uma leitura de quantificação, a interpretação precisa ser definida ou universal, argumento que se mostra compatível coma idéia aventada acima.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Em Medeiros Junior 2005, formula-se a questão do amálgama morfológico envolvendo palavras-Qu em relativas livres em termos de uma incorporação dos núcleos funcionais C e D e propõe-se que em relativas livres, o constituinte-Qu encontra-se em Spec, DP.

<sup>13</sup> Dados das próprias autoras; cf. p. 334.

<sup>14</sup> A esse respeito cf. também a análise de RLs encontrada em De Vries (2002)

## 6. RLs X PIs: uma distinção por meio de traços.

A tradição costuma aproximar relativas livres e interrogativas indiretas em especial quanto à questão do deslocamento-Qu, uma vez que se entende que em ambos os contextos sintáticos têm-se a relação entre um operador e uma variável. Muitas das incursões no sentido de diferenciar um tipo de construção do outro têm se baseado especialmente em uma análise das propriedades semânticas dos verbos nas orações matrizes e do tipo de conectivo que liga a oração subordinada à principal (cf. Riemsdijk 2000).

Nessa seção intenta-se esboçar uma distinção entre RLs e PIs – por meio da análise do tipo de traço que eventualmente em  $C^0$  esteja ativando o deslocamento do sintagma-Qu num e noutro caso – considerando a noção de que todo movimento no decurso de uma derivação é ativado para fins de checagem de traços (cf. Chomsky 1995, Bianchi 1999).

### 6.1 O traço [+Wh]

O núcleo funcional CP é responsável pela definição do tipo frasal em uma estrutura sintática. Assim, o deslocamento-Wh para uma posição em CP pode ser entendido em termos de uma tipificação frasal (cf. Cheng 1991).

Na questão específica em foco nesse artigo, após a aplicação de *move-a* sobre o elemento-Wh – que se posiciona em Spec,CP –, tem-se como resultado uma sentença interrogativa ou uma relativa. Considerando-se que a mesma operação sintática está sendo aplicada pelo sistema computacional, mas o resultado é distinto num e noutro caso (o que é enviado para o componente semântico é ora uma pergunta, ora uma estrutura relativa), é prudente buscar uma interpretação do fenômeno em termos de uma distinção dos traços que num e noutro caso ativam o movimento.

Em se tratando de interrogativas, não há dúvidas de que o traço que está ativando a relação de checagem e motivando o movimento é o traço [+Wh] (cf. Lasnik e Saito 1992, Lobato 1986). Assim, em dados como os que aparecem em (2), o CP das sentenças subordinadas é marcado com o traço [+Wh], e o deslocamento do sintagma-Wh nessas circunstâncias configura, ao final da derivação, a construção de uma interrogativa.

Mas e no caso de relativas livres? Que tipo de traço estaria definitivamente motivando o deslocamento do sintagma-Wh para a posição de Spec,CP?

### 6.2 Concordância – uma impossibilidade distintiva: avaliando Vogel (2003)

Vogel (2003), preocupado com a questão da distinção entre RLs e PIs, assevera que o deslocamento-Qu em RLs se deve ao fato de o CP dessas estruturas ser marcado com traços de concordância.

A idéia de que o  $C^0$  de RLs possui traços- $\phi$  não interpretáveis e que esses traços estariam atraindo Qu para o domínio do CP é no mínimo interessante. Todavia, uma análise dos dados do espanhol parece revelar que tanto o CP de relativas, quanto o de

interrogativas é marcado com traços de concordância, o que inviabiliza uma distinção por meio desse traço específico. Sejam os dados:

- (23) (a) Juan preguntó [quién organizó la fiesta].  
(b) Juan preguntó [quienes organizaron la fiesta].
- (24) (a) Maria quiere saber [a quién ud. orienta em la Universidad].  
(b) Maria quiere saber [a quienes ud. orienta em la Universidad].
- (25) (a) Pedro invitó para la fiesta [a quien ud le indicó].  
(b) Pedro invitó para la fiesta [a quienes ud le indicó].
- (26) (a) Maria conoce [a quien resolve los problemas en la oficina].  
(b) Maria conoce [a quienes resuelven los problemas en la oficina].

Na posição encaixada das estruturas em (23) e (24) ocorrem perguntas indiretas. Os dados revelam a possibilidade da construção com o interrogativo *quién* ou *quienes*. Contextualmente, os exemplos em (a) são usados quando o falante desconhece quantas pessoas organizaram a festa ou ainda quando ele sabe que apenas uma pessoa foi responsável pela organização. O mesmo tipo de ocorrência se mostra em relativas livres, presentes nos dados em (25) e (26). Como se vê, a concordância se estabelece numa e noutra situação.

### 6.3 O processo de relativização na presença de um traço [Rel]

A ponderação sobre a impossibilidade de que o deslocamento-Wh aconteça em relativas e interrogativas para a checagem do mesmo traço, já que – ao final da derivação – têm-se duas estruturas semanticamente não-análogas, conduz à proposição de que haja algum traço que precisa ser checado no C<sup>0</sup> de relativas que não o traço [+Wh].

A idéia é a de que o núcleo C de RLs seja marcado com um traço específico, um traço de relativização [Rel] e que o elemento-Wh disponível na derivação possui esse traço interpretável. Assim, alcança-se a distinção entre relativas livres e interrogativas indiretas por meio das propriedades inerentes ao CP de cada uma das estruturas, mais especificamente no que concerne ao tipo de traço que marca um e outro núcleo funcional<sup>15</sup>.

Tem-se então, para essa proposta, representacionalmente:

(27) Maria preguntou [<sub>CP</sub> quem [C<sup>0</sup><sub>[+Wh]] [<sub>TP</sub> você convidou\_\_\_\_ para a festa]]].</sub>

(28) Maria conoce [<sub>CP</sub> quem [C<sup>0</sup><sub>[+Rel]] [<sub>TP</sub> você convidou\_\_\_\_ para a festa]]].</sub>

<sup>15</sup> Para uma visão mais detida da distinção entre CP de relativas livres e o CP de interrogativas indiretas por meio de traços, cf. Medeiros Júnior (2004).

Uma outra visão do fenômeno se encontra em Radford (2004) em que se propõe que haja traços comuns às duas estruturas, mas uma tipologia distinta de operadores sintáticos: um operador interrogativo e um operador relativo. Algo como um traço [wh-P] (o que se traduz como um traço-Qu periferia), cujo procedimento de checagem é o responsável por alçar o elemento-Qu para a periferia da fase, está presente em ambas as estruturas e uma distinção da semântica das construções é atingida por meio de uma tipologia dos operadores.

Em todo caso, numa ou noutra abordagem, o que se evidencia é a intenção de providenciar um tratamento distintivo para as duas estruturas.

#### 6.4 Algumas questões remanescentes

A constatação de que se faz necessária uma avaliação mais criteriosa em termos da definição da distinção entre relativas livres e interrogativas indiretas por meio dos traços que marcam de forma específica o núcleo  $C^0$  de cada um desses tipos de construção está longe de por um ponto final na discussão acerca do tema, sobretudo porque dados como os que se mostram a seguir levantam ainda algumas questões intrigantes e que merecem um estudo outro bem mais específico. Sejam os dados:

- (29) (a) Pedro perguntou [com quem]<sub>i</sub> João falou  $t_i$ .  
(b) Pedro quer saber [de quem]<sub>i</sub> você depende  $t_i$ .
- (30) (a) João conhece [quem]<sub>i</sub> você encontrou na festa  $t_i$ .  
(b) João convidou [quem]<sub>i</sub> você indicou  $t_i$ .
- (31) (a) \*Maria conhece [de quem]<sub>i</sub> João gosta  $t_i$ .  
(b) \*Maria ama [de quem]<sub>i</sub> a filha falou  $t_i$ .
- (32) (a) ?João se esqueceu de com quem falava.  
(b) ?Pedro gosta de com quem você se relaciona.  
(c) ?Pedro se despediu de com quem convivia.
- (33) (a) \*Maria se dedica a por quem se interessa.  
(b) \*Maria se sacrifica por com quem se relaciona.  
(c) \*Maria conversou com de quem você falou.

As perguntas que se põem em face de sentenças como as que se mostram entre 29 e 33 são as seguintes:

1. Que tipo de propriedade estrutural viabiliza o *pied piping* de todo o PP em interrogativas indiretas – como em 17 – mas inviabiliza o mesmo procedimento em relativas livres – 19?
2. Como explicar que em estruturas como as que aparecem em (32), a sobreposição de preposições seja mais tolerada do que nos exemplos em (33)?

## 7. Considerações Finais

Estruturas complexas – como o propuseram Duarte e Brito in Mateus *et al* (2003) – relativas livres intrigam por suas propriedades estruturais e pela proximidade de estruturas interrogativas indiretas. Algumas diferenças entre essas duas construções foram perseguidas ao longo deste trabalho.

RLs E PIs parecem se distinguir em um aspecto semântico específico, que é o fato de sintagmas-Qu em relativas poderem ter uma leitura universal enquanto que os mesmos termos em interrogativas só poderem ter uma interpretação existencial.

O que parece mais coerente é buscar uma distinção por meio de traços, considerando não apenas as propriedades semânticas dos predicadores da matriz em termos da seleção de seus argumentos, mas de uma interação entre essas propriedades semânticas e algumas propriedades específicas inerentes ao núcleo  $C^0$  de cada uma das estruturas.

Entende-se que em RLs o termo-Qu resulta de um amálgama morfológico entre um relativizador e um elemento nominal e que esse processo de fusão traga para a construção implicações estruturais específicas que se evidenciem, por exemplo, na necessidade de uma combinação entre o Caso que se atribui a Qu na relativa e na oração matriz.

Ainda há muito que se pensar sobre o fenômeno das relativas livres. O que se tentou aqui foi o estabelecimento de uma distinção entre relativas livres e interrogativas indiretas enfocando especificamente questões como Caso, concordância e a checagem de traços específicos de cada estrutura.

## 8. Suporte Bibliográfico

- ALVARENGA, Daniel (1981) *Sobre Interrogativa Indireta no Português*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, MG.
- BIANCHI, V. (1999) *Consequences of antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Mouton de Gruyter, Berlin.
- BRESNAN, Joan & GRIMSHAW, Jane (1978). The Syntax of Free Relatives. *English Linguistic Inquiry* 9:331-391.
- CHENG, Lisa L. S. (1991). *On the Typology of WH-Questions*. Doctoral Dissertation, MIT
- CHOMSKY, N. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- DUARTE, Inês & BRITO, Ana Maria. (2003). Orações Relativas e Construções Aparentadas. In MATEUS, M. H. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. 655-694
- GROSS, A & RIEMSDIJK, H. v. (1981). Matching Effect in Free Relatives: A parameter of Core Grammar. In: *Proceedings of Pisa Colloquium on Markedness*, Annali della Scuola Normale superiore, Pisa.
- GROSU, A. & LANDMAN, F. (1998) Strange relatives of the third kind. *Natural Language Semantics*, 6, 125-170.
- KUBOTA, Y. (2003) Yet another HSPG – Analysis for Free Relative Clauses in German. In: *The proceedings of the 9<sup>th</sup> International Conference on HSPG*, Stanford University. 147-163.
- LARSON, Richard K. (1987) “Missing Prepositions” and the Analysis of English Free Relative Clauses. *Linguistic Inquiry*, 18 (2).
- LASNIK, H. & SAITO, M. (1992) *Move- $\alpha$ : Conditions on Its Applications and Output*. MIT Press, Cambridge, Mass.
- LOBATO, Lucia M. P. (1986). *Sintaxe gerativa do Português – Da Teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte, Vigília.
- MEDEIROS JÚNIOR, P. (2004). *O caso das relativas e o Caso nas relativas: uma análise minimalista de relativas livres e sintagmas-Qu no português brasileiro*. A sair nos Anais do 10º SILEL – UFU, Uberlândia – MG.
- MEDEIROS JUNIOR, P. (2005). *Sobre sintagmas-Qu e relativas livres no português*. Dissertação de Mestrado, UnB, Brasília.
- MIOTO, Carlos (1994). As Interrogativas no Português Brasileiro e o Critério WH. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. V. 29, n<sup>o</sup> 2, pp. 19-33.
- RADFORD, A. (2004). *Minimalist Syntax – Exploring the structure of English*. Cambridge University Press, UK.
- RIEMSDIJK, H. v (2000). ‘Free Relatives’ SynCom Case 44.
- ROCHA, Mari Lucia D. F. (1990). *Sintagmas QU em Interrogativas Indiretas e Relativas Livres do Português*. Dissertação de Mestrado. UnB, Brasília.
- SAUERLAND, Uli (1996). *The matching Preference*. MIT, MS.
- VOGEL, Ralf (2001). Towards an Optimal Typology of the Free Relatives Construction. IATL 8. Papers from the Sixteenth Annual Conference and from The Research Workshop

- of the Israel Science Foundation ‘*The Syntax and Relative Clause Constructions*’ ed. Alexander Grosu. Tel Aviv University. 107-119
- VOGEL, Ralf (2002). Free Relative Constructions in OT Syntax. Resolving Conflicts in Grammars. In *Sonderheft Optimality Theory*, Caroline Ferry & Gisbert Fanselow (eds). Hamburg: Helmut Burske Verlag. 119-162
- VOGEL, Ralf (2003). ‘Surface Matters. Case conflicts in Free Relative Constructions and Case Theory’. In: *New Perspectives on Case Theory* Eds. Ellen Brandner and Heike Zinsmeister. CSLI Publications. 269-299.
- DE VRIES, M. (2002) *The Syntax of Relativization*. Utrecht: Lot.